



BNC - FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Jucilene de Souza Ruiz ¹
Rafael Rossi ²

RESUMO

Este artigo objetiva desvelar, a partir da Pedagogia Histórico-Crítica, a concepção de trabalho educativo presente no documento “Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica” e elaborar uma análise crítica a respeito da educação e formação continuada de professores. A problemática baseia-se em perceber o ideário que permeia o documento analisado para compreender como ele se articula com os objetivos das classes sociais antagônicas na sociedade. Nesse aspecto, é imprescindível refletir sobre os alicerces em que se estruturam o trabalho educativo. Para isso e por isso, realizou-se uma análise crítica do referido documento. O método científico a ser utilizado para análise do objeto proposto é a perspectiva ontológica marxista. A teoria educacional e pedagógica que embasa a investigação é a Pedagogia Histórico-Crítica. O método proposto concebe que a realidade social é uma totalidade, isto é, um conjunto de partes articuladas entre si, em permanente movimento, em determinação recíproca, marcada por mediações e contradições. Entende-se que a realidade social não é feita apenas daquilo que aparece imediatamente, ou seja, possui uma essência que corresponde a desmitificação da aparência. Nesse sentido, pode-se afirmar que o documento em questão não é neutro, ou seja, carrega ideários educacionais afinados com a lógica da sociedade capitalista. Fica evidente também que a apropriação pelo professor de instrumentos, estratégias e metodologias ativas de aprendizagem são exaltadas e tidas como condição para que o estudante atinja o pleno desenvolvimento. Sendo assim, a concepção de formação continuada de professores da Educação Básica presente no documento direciona-se a favor do esvaziamento de uma sólida formação. Faz-se assim fundamental pensá-la de forma crítica e posicionar-se a favor de uma formação que esteja aliada aos interesses da classe trabalhadora e não da reprodução do capital.

Palavras-chave: BNC-Formação Continuada, Trabalho educativo, Pedagogia Histórico-Crítica.

INTRODUÇÃO

O presente estudo é parte da tese de doutorado em andamento e dos estudos desenvolvidas no âmbito do grupo de estudo Fundamentos da Educação (GEFE) e tem por objetivo analisar, a partir da Pedagogia Histórico-Crítica, a concepção de trabalho educativo presente na Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação

¹ Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal – MS, jucileneruiz@gmail.com;

² Professor orientador: Rafael Rossi, Doutor em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal- MS, r.rossi@ufms.br.

Básica (BNC-Formação Continuada). Para isso, partimos do princípio de que a concepção de trabalho educativo presente não é neutra, pois dependendo do interesse, principalmente de classe, pode conter aspectos diversos e antagônicos.

A problemática baseia-se em compreender a concepção de trabalho educativo que permeia no documento analisado e compreender como ele se articula com os objetivos das classes sociais antagônicas na sociedade. Nesse aspecto, é imprescindível refletir sobre os alicerces em que se estruturam o trabalho educativo.

A BNC-Formação Continuada é instituída pela Resolução CNE/CP n. 1/2020, que também dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica.

Esse documento estabelece as competências profissionais necessárias para que os professores consigam pôr em prática a Base Nacional Comum Curricular (2018), atendendo a demanda do que precisa ser ensinado. Podemos afirmar que a BNCC e a BNC-Formação Continuada são políticas de Estado que trazem uma concepção de educação e de trabalho educativo atrelada aos objetivos capitalistas em nosso país.

De acordo com Santos e Orso (2020), a BNCC, em vez de buscar a melhoria da educação, revelou-se como um ataque à escola, ao professor e aos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. Os autores destacam a ênfase dada pela base às competências dos indivíduos.

Nosso entendimento é de que os discursos em torno do desenvolvimento de novas competências e habilidades repousa no revigoramento da teoria do capital humano, uma vez que faz com que o indivíduo esteja, permanentemente, em busca de adaptar-se à sociedade pela via de formações fragmentadas e aligeiradas (SANTOS; ORSO, 2020, p.169).

Sendo assim, a escola é utilizada como uns dos meios para adaptar os indivíduos à sociedade, a fim de que aceitem passivamente as condições de trabalho que lhes são impostas pelo sistema.

A BNC-Formação Continuada não poderia caminhar em direção contrária aos objetivos já propostos pela BNCC, uma vez que seu fim se destina a implementar o previsto pela base. Sendo assim, a formação do professor esperada vem contribuir para o impedimento de “[...] práticas formativas que possibilitem a apropriação da cultura sistematizada historicamente por meio dos conteúdos escolares, dimensionados com base em um currículo disciplinar” (SANTOS; ORSO, 2020, p.170).

Podemos assim afirmar que a BNC-Formação Continuada reforça a ideia de um trabalho educativo que favorece a homogeneização social e impede o desenvolvimento de práticas

formativas que possibilitem a apropriação da cultura sistematizada historicamente por meio dos conteúdos escolares.

Para alcançar o objetivo proposto inicialmente, descrevemos o método que temos como pano de fundo para a análise do documento BNC-Formação Continuada, o qual se fundamenta na perspectiva ontológica marxista; já a teoria que embasa a investigação é a Pedagogia Histórico-Crítica. Em seguida, no tópico referencial teórico, trazemos autores da Pedagogia Histórico-Crítica, como Saviani (2020) e Duarte (2021), para a compreensão do papel da escola, do trabalho educativo e dos conhecimentos mais elevados. E, em resultados e discussões, trazemos algumas análises sobre a concepção de formação continuada de professores da Educação Básica presentes no documento BNC-Formação Continuada.

Por fim, consideramos que a concepção de formação de professores presente no documento BNC-Formação Continuada favorece a manutenção do modo de produção capitalista com todas as desigualdades próprias desse sistema.

Esperamos, assim, que o produto resultante dessa pesquisa contribua para as reflexões em torno das concepções que cerceiam a formação continuada de professores da Educação Básica e para aqueles que tenham interesse em se aprofundar nos estudos da Pedagogia Histórico-Crítica, já que produzir conhecimento científico na área da educação é lutar a favor da socialização dos conhecimentos mais elevados e do pleno desenvolvimento da consciência humana.

METODOLOGIA

O método científico utilizado para análise do objeto proposto é a perspectiva ontológica marxista. A teoria educacional e pedagógica que embasa a investigação é a Pedagogia Histórico-Crítica. O método proposto concebe que a realidade social é uma totalidade, isto é, um conjunto de partes articuladas entre si, em permanente movimento, em determinação recíproca, marcada por mediações e contradições.

Rossi (2023) entende tal método como uma postura na qual é preciso, enquanto pesquisador, mobilizar os conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos para apreender a essência própria do objeto.

A partir dos estudos da teoria social instaurada por Marx, analisamos a concepção de trabalho educativo na Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, de modo a entendê-la face à totalidade social regida pelo capital. Esse

entendimento só é possível mediante a apropriação das objetivações intelectuais que nos permitem compreender a realidade social em seus vínculos históricos e contraditórios.

O método científico que utilizaremos é o caminho escolhido para se apreender a essência do objeto. “Afinal, o conhecimento verdadeiro é uma mediação indispensável para a transformação da realidade” (TONET, 2022, p. 34). Para isso, teremos como base os fundamentos elaborados por Marx, de modo a captar o objeto em questão em sua concretude, bem como as demandas mais essenciais da classe trabalhadora.

Sobre a Pedagogia Histórico-Crítica, é importante ressaltar que ela se situa teoricamente no campo das concepções e práticas contra-hegemônicas, ou seja, em oposição às pedagogias burguesas. Para Duarte (2014, p. 31): “A pedagogia histórico-crítica pode ser caracterizada como um movimento coletivo que tem procurado produzir nos educadores brasileiros uma tomada de posição consciente em relação ao papel da atividade educativa na luta de classes”.

Desse modo, a Pedagogia Histórico-Crítica se coloca em defesa da escola como meio pelo qual as novas gerações irão se apropriar das formas mais elevadas e desenvolvidas do conhecimento socialmente existente.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Pedagogia Histórico-Crítica defende que o indivíduo se aproprie dos conhecimentos mais elevados produzidos historicamente pela humanidade por meio da escola, pois somente de posse desses conhecimentos é possível se aproximar de um alto nível de desenvolvimento da consciência. Porém, esse desejo está cada vez mais distante quando vemos que a própria formação do professor repousa sobre processos formativos fragmentados e aligeirados, cada vez mais esvaziados de conteúdo e pobre de conhecimentos elevados.

Duarte (2021) enfatiza que a sociedade capitalista produziu e desenvolveu atividades que se tornaram indispensáveis ao desenvolvimento da humanidade, no entanto criaram-se, ao mesmo tempo, formas profundas e insuportáveis de alienação.

Para Marx (2003), o modo de produção condiciona o processo de vida social e, conseqüentemente, a consciência do homem: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência” (MARX, 2003, p. 5).

Ressaltamos que um certo estágio de desenvolvimento da consciência humana pode se tornar um entrave, por isso não é interessante uma formação sólida que eleve o nível de

consciência dos indivíduos, já que essa elevação resultaria em fortes contradições contra a estrutura social que é determinada pelo modo de produção capitalista.

Nesse sentido, ao tratarmos da formação de professores legitimada pela BNC-Formação Continuada, vemos que não existe espaço e nem é de interesse do sistema capitalista a consolidação de um processo formativo sólido, que contribua para que o professor aprofunde seus conhecimentos teóricos e que lhe permitam repensar de forma crítica a sua prática pedagógica.

Conforme bem nos pontua Saviani (2020, p. 25), “O nível de desenvolvimento atingido pela sociedade contemporânea coloca a exigência de um acervo mínimo de conhecimentos sistemáticos [...]”, portanto, se na sociedade atual o mínimo de conhecimento é suficiente para que o indivíduo desempenhe o seu trabalho, então não são necessários maiores investimentos em sua formação.

Sendo assim, mais uma vez pontuamos que os investimentos em formação continuada também vão ser cada vez menores, já que o mínimo de formação oferecida dá conta de manter um trabalho educativo que atenda aos interesses do sistema capitalista.

A Pedagogia Histórico-Crítica se coloca em defesa da escola, meio pelo qual é possível socializar de forma intencional a cultura científica, artística e filosófica, possibilitando aos indivíduos a compreensão da realidade em sua essência.

É preciso compreender porque as coisas são do jeito que são, porque a vida humana assumiu as formas que hoje predominam e quais as possibilidades que se apresentam para o futuro próximo e distante da humanidade. Para isso precisamos das teorias científicas e filosóficas, assim como precisamos das formas artísticas de se ver o mundo e de nos vermos no mundo (SAVIANI, 2020, p. 37).

Segundo Saviani (2020), é por meio desses conhecimentos que podemos alcançar um nível elevado de consciência, e isso permitiria compreender a dinâmica social em sua essência. É importante destacar que, mesmo que as aprendizagens escolares disputem com outras aprendizagens, é necessário a defesa de que os currículos escolares sejam constituídos de determinados conhecimentos.

Para a Pedagogia Histórico-Crítica, o papel da escola é garantir que o indivíduo se aproprie dos conhecimentos mais ricos que a humanidade já produziu. Sendo assim, não é papel da escola reforçar o cotidiano dos indivíduos, e sim mostrar, por meio desses conhecimentos, a face oculta dos fenômenos.

Ainda com base em Saviani (2020), o processo de formação humana encontra barreiras inerentes à sociedade capitalista. Nesse viés, o processo educativo tende a encontrar limitações

para que o indivíduo alcance o nível de desenvolvimento humano esperado, afastando assim cada vez mais a educação de sua dimensão emancipadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A BNCC organizou as aprendizagens essenciais em dez competências gerais a serem desenvolvidas ao longo da Educação Básica e, para o alcance desse objetivo, foram normatizadas políticas voltadas à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, estabelecendo as competências profissionais que lhes são inerentes.

Ao analisarmos as dez competências gerais da Educação Básica estabelecidas pela BNCC e as dez competências gerais docentes previstas na BNC-Formação Continuada, percebemos o intrínseco vínculo entre ambas. Nota-se que as dez competências gerais da Educação Básica estabelecidas pela BNCC e as dez competências gerais docentes trazidas pela BNC-Formação Continuada se conectam em todos os sentidos. Nessa direção, o que se espera que o estudante desenvolva está vinculado ao fato de que o professor tenha antes essa competência desenvolvida em si próprio, ou seja, o docente necessariamente precisa ter competência técnica para isso.

Podemos afirmar que as competências gerais trazidas pela BNCC e pela BNC-Formação Continuada são praticamente iguais, apresentando pequenas modificações de palavras e alguns acréscimos. Diante disso, notamos uma concepção pedagógica homogeneizadora sobre o currículo e sobre a formação de professores.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 8).

A partir da BNCC, vemos que o indivíduo considerado competente é aquele que consegue mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver os problemas da vida cotidiana e do mundo do trabalho. Pelo conceito trazido, fica explícito que Estado, educação e mundo do trabalho se conectam intrinsecamente, pois trata-se de uma política de Estado regulando a formação humana, isto é, a força de trabalho se adaptando ou se adequando às exigências do capital.

Para Santos e Orso (2020), o enfoque dado às competências não é algo novo nas políticas educacionais, pois é derivado das reformas educacionais da década de 1990, passando a ser o

fundamento da formação escolar em todos os níveis de ensino. Em suma, essas reformas atendiam às demandas do processo de reestruturação produtiva.

[...] as “pedagogias das competências” apresenta-se como outro face da “pedagogia do aprender a aprender”, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se as condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas (SAVIANI, 2008, p.437).

Saviani (2008) também traz uma crítica importantíssima sobre as pedagogias das competências que paira sobre uma concepção a favor de adaptar os indivíduos às condições sociais desiguais as quais estão inseridos. Ainda segundo o autor, “[...] nas escolas, procura-se passar do ensino centrado nas disciplinas de conhecimento para o ensino por competências referidas a situações determinadas” (SAVIANI, 2008, p. 438). Essa citação nos leva a pensar que é uma pedagogia que prioriza um ensino mais centrado na eficiência técnica do que no conhecimento.

Ter competência está cada vez mais ligado ao que se consegue fazer na prática, ou seja, ter a competência para saber fazer isso ou aquilo. “O que vemos nesse documento são tentativas exacerbadas de adaptação do conteúdo escolar a um rol de comportamentos esperados, desejados e exigidos pelo mercado de trabalho (que não oferece trabalho para todos!) [...]” (SANTOS; ORSO, 2020, p. 177). Pela citação de Santos e Orso (2020), fica nítida uma concepção que favorece o capital nas propostas que regulamentam a educação escolar.

Para Saviani, (2008, p. 449), “O mercado e seus porta-vozes governamentais parecem querer um professor ágil, leve, flexíveis [...]”. Nesse sentido, a concepção de adaptar o indivíduo às demandas do mercado recae sobre a formação inicial e continuada do professor, visando atender os objetivos de reprodução e manutenção do capital.

Fica nítido, ao se analisar a BNC-Formação Continuada, a ênfase no desenvolvimento de competências do professor, para que ele consiga multiplicar as mesmas competências nos seus alunos. Além disso, ter competência prática é a prioridade na formação continuada de professores, em detrimento da contínua apropriação dos conhecimentos mais elevados, conforme a Pedagogia Histórico-Crítica se coloca em defesa.

Segundo o documento BNC-Formação Continuada, para que o professor consiga desenvolver as competências esperadas, ele deve buscar atualizar-se e apropriar-se de conhecimentos que possibilitem seu aperfeiçoamento profissional, conforme podemos observar na competência 6 (seis).

6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2020, p. 8).

Na competência mencionada, vemos que se deve valorizar a formação permanente profissional, no entanto, poderíamos questionar como é feita essa valorização no plano de cargos e carreira do professor e quais incentivos lhe são proporcionados quando precisa se ausentar para realizar uma pós-graduação ou outro processo formativo.

Além disso, na BNC-Formação Continuada não fica explícita a obrigatoriedade da oferta de formação continuada aos professores e nem a garantia prevista em calendário escolar, apenas se sugere que podem ser desenvolvidas por IES, por organizações especializadas ou pelos órgãos formativos no âmbito da gestão das redes de ensino. A única exigência trazida pelo documento é de que os cursos de atualização tenham carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.

Podemos afirmar que os processos formativos são oferecidos aos professores pelas redes de ensino ou por instituições parceiras, no contraturno ou em alguns sábados letivos; e as formações mais prolongadas em sua maioria são buscadas por interesse do professor, em instituições de ensino superior, tendo para isso que arcar, na maioria das vezes, com os custos da sua ausência no trabalho. Com isso, pode-se dizer que, apesar de ser assegurada a formação continuada, não é de interesse do sistema capitalista que os professores tenham uma formação sólida, uma vez que isso representaria maiores tensões sociais contra o próprio sistema.

Ainda sobre as competências profissionais estabelecidas pela BNC-Formação Continuada, em seu Art. 3º, destaca-se que “[...] é exigido do professor sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global” (BRASIL, 2020, p. 2).

Chama-nos a atenção a menção de que o professor precisa ter sólido conhecimento de saberes constituídos, mas essa referência é secundarizada diante de tantas competências que priorizam a prática em detrimento da teoria.

A descrença no saber científico e a procura de “soluções mágicas” do tipo reflexão sobre a prática vêm ganhando a cabeça dos professores (SAVIANI, 2008). A partir dessa afirmação, nota-se que as pedagogias das competências surgem com uma força tão avassaladora que conseguem atrair a mente dos professores.

Retomemos aqui o entendimento que o documento em análise traz sobre a formação continuada de professores, conforme explicitado no Art. 4º:

[...] entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho (BRASIL, 2020, p. 2).

O professor é reconhecido como agente formativo de conhecimentos e culturas, no entanto seu papel é reduzido ao de orientador e promotor de competências, revelando a centralidade em um professor que consiga desenvolver suas próprias competências profissionais e a dos seus alunos ao mesmo tempo.

Essa tendência está relacionada às pedagogias vinculadas aos interesses da sociedade burguesa, em que a hegemonia exercida tem seu fundamento último no fato de que elas estão a favor das relações sociais alienadas.

Saviani (2015) sinaliza o mesmo ao mencionar a circulação de novidades na educação na forma de supostas teorias. Alerta ainda que a educação, de modo geral, e a escola, em particular, cada vez mais se orientam conforme as imposições do mercado.

Do ponto de vista das ideias pedagógicas, esse futuro é representado pelo neoprodutivismo com as variantes do neoescolanovismo, do neoconstrutivismo e do neotecnicismo, que circulam na forma de supostas teorias travestidas de últimas novidades, na forma de tais “pedagogia do aprender a aprender” que parecem em versões como “pedagogia da qualidade total”, “pedagogia das competências”, “pedagogias da inclusão!”, “pedagogia multicultural”, “teoria do professor reflexivo”, pedagogia corporativa, “pedagogia do campo”, “pedagogia social”, “pedagogia da Terra” e assemelhadas (SAVIANI, 2015, p. 167).

As referidas pedagogias mencionadas por Saviani (2015) surgem visando favorecer os interesses do mercado, na escola, e esvaziam a sua função ligada ao objetivo de assegurar às novas gerações a apropriação dos conhecimentos clássicos, uma vez que o utilitarismo e o imediatismo da cotidianidade prevalecem sobre o de apropriação do patrimônio cultural.

A Pedagogia Histórico-Crítica se posiciona contra esse tipo de concepção por ser pragmática e utilitarista, com o objetivo de manter a dominação burguesa, e se coloca em defesa de uma educação pública de qualidade, mediante a relevância dada ao professor e pela socialização dos conhecimentos mais elevados.

Para Saviani (2021), é preciso vencer ideários que se colocam a favor de interesses que implicam a manutenção, a consolidação e a perpetuação da forma atual da sociedade. Se a base norteadora da formação continuada de professores da Educação Básica coaduna com o esvaziamento de uma sólida formação, é necessário se posicionar contra.

Podemos assim afirmar que a concepção trazida de trabalho educativo na BNC-Formação Continuada reforça a formação de indivíduos adaptáveis ao contexto econômico, alienados e ajustados às demandas do capitalismo, investindo no pragmatismo, ao invés de ensinar os indivíduos a pensar criticamente a sociedade em que se encontra inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre os pressupostos trazidos pela BNC-Formação Continuada, podemos afirmar que o ideário presente favorece a manutenção do modo de produção capitalista com todas as desigualdades próprias desse sistema. Apoiados pela Pedagogia Histórico-Crítica, podemos dizer que os objetivos são muito claros, ou seja, de garantir o controle sobre os indivíduos, por meio do currículo da Educação Básica e da formação de professores.

É muito forte no documento o ideário de que a apropriação pelo professor de estratégias e metodologias ativas de aprendizagem são garantias de aprendizagem, sem levar em consideração outros fatores que também são de grande relevância e interferem nesse processo, como, por exemplo, a falta de estrutura física e pedagógica das escolas, as condições de trabalho do professor e as condições sociais e econômicas na qual os alunos estão inseridos.

Sendo assim, a concepção de formação continuada de professores da Educação Básica presente no documento direciona-se a favor do esvaziamento de uma sólida formação. Faz-se assim, fundamental, pensá-la de forma crítica e nos posicionarmos a favor de uma formação que esteja aliada aos interesses da classe trabalhadora, e não da reprodução do capital.

Mesmo diante dessas contradições que permeiam a escola e conseqüentemente o trabalho educativo emanado por ela, a Pedagogia Histórico-Crítica vem se posicionando em defesa da escola pública, bem como do seu papel na democratização da cultura produzida historicamente pela humanidade.

A escola não é uma empresa a serviço do capitalismo. A escola pública é, antes de tudo, um espaço de resistência, porque, em meio a tantos ataques àquilo que lhe é essencial - o conteúdo escolar -, ela resiste na promoção deste pela via da socialização do conhecimento científico, do conhecimento que se ampara na história, na razão moderna, nos ideais do humanismo, com o objeto de construir, por meio da função social da escola, um mundo melhor para se viver, com acesso e garantias sociais que deem condições dignas de vida às pessoas (SANTOS; ORSO, 2020, p. 176).

A citação de Santos e Orso (2020) reforça o espaço da escola como um lugar de resistência, principalmente porque luta constantemente pela socialização dos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos.

Por fim, esperamos que as reflexões trazidas contribuam com as discussões em torno das concepções que cerceiam a formação continuada de professores da Educação Básica e para aqueles que tenham interesse em se aprofundar nos estudos da Pedagogia Histórico-Crítica, pois produzir conhecimento científico na área da educação é lutar a favor da socialização dos conhecimentos mais elevados e do pleno desenvolvimento da consciência humana.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 de outubro, 2020. Seção 1, p. 103-106. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 out. 2020.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2017.
- DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: Contribuição à Histórico-Crítica do Currículo**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.
- DUARTE, N. **A Pedagogia Histórico-Crítica no âmbito da História da educação brasileira**. p. 29-50, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/43756444/a_pedagogia_hist%C3%93rico_cr%C3%8dtica_no_%C3%82mbito_da_hist%C3%93ria_da_educa%C3%87%C3%83o_brasileira. Acesso em: 21 jun. 2022.
- MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ROSSI, R. Uma breve introdução à Pedagogia Histórico-Crítica. *In*: BEDIM, M. P. **Pedagogia Histórico-Crítica e Educação Escolar Contribuições ao Debate na Formação de Professores**. 1. ed. Campo Grande, MS: Têlos Educativa, 2023.
- SANTOS, S. A. S.; ORSO, J. P. Base Nacional Comum Curricular- Uma Base Sem Base: O Ataque à Escola Pública. *In*: MALANCHEN, J.; MATOS, N. S. D.; ORSO, J. P. (org.). **A pedagogia Histórico-Crítica e a Base Nacional Comum curricular**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 2021.
- SAVIANI, D. Educação Escolar, Currículo e Sociedade: O problema da Base Nacional Comum Curricular. *In*: MALANCHEN, J.; MATOS, N. S. D.; ORSO, J. P. (org.). **A pedagogia Histórico-Crítica e a Base Nacional Comum curricular**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020.
- SAVIANI, D. **História do Tempo e Tempo da História: Estudos de Historiografia e História da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2008.
- TONET, I. A importância do método científico de Marx. **Revista Gesto Debate**, Campo grande, v. 22, n. 02, p. 33-42, jan/dez 2022. ISSN 2595-3109.